

Seminário "Microcrédito contra a Pobreza"
2 de Outubro 1998 | Documento fundador da ANDC

SETE TESES A FAVOR DO MICRO-CRÉDITO EM PORTUGAL

Jorge Wemans (*)

Joana Veloso (*)

I. PRINCÍPIOS E REFERÊNCIAS ORIENTADORAS

0. Enquadramento

Decidimos introduzir as teses para discussão com algumas considerações que ajudem a situar a problemática do microcrédito no mundo em que vivemos. Decidimos também apresentá-las com base em várias citações que reputamos importantes, para reforçar as nossas ideias com os argumentos de um dos maiores (senão o maior?) especialistas do mundo, o Prof. Mohammad Yunus que há 20 anos orienta uma experiência de grande sucesso - o Grameen Bank do Bangladesh.

A primeira citação, da UNRISD, pretende evidentemente situar o problema da pobreza, do desemprego e da crise "social" a nível internacional - em Portugal, as coisas não chegaram ainda a esse ponto, mas... Pareceu-nos muito importante começar com uma abordagem abrangente desta "aldeia" global em que vivemos.

Mas, queremos desde já salientar também que estes problemas não são só dos países em desenvolvimento: os chamados países "ricos" vêm-se a braços com o aumento da pobreza, do desemprego e da exclusão social a níveis muito graves. Falamos do Grameen Bak do Bangladesh, mas é bom ter sempre presente que a sua filosofia já está aplicada a 58 países do mundo entre os quais, por exemplo, os EUA, o Canadá, a Noruega para não citar senão alguns dos considerados mais ricos e desenvolvidos. Assim, tudo isto tem muito a ver connosco.

1. O desemprego, a pobreza e o microcrédito

"O ritmo acelerado da mudança apanhou grande parte da comunidade internacional desprevenida. O capital, os bens e as pessoas movimentam-se agora a uma tal velocidade e com uma tão grande complexidade que se tornou difícil fazer previsões para além do curtíssimo prazo. Mapas políticos fazem-se e refazem-se à medida que uma miríade de grupos étnicos ou políticos emergem reclamando novas pretensões e novos territórios.

Estas mudanças originaram enormes tensões sociais que as políticas de desenvolvimento não conseguiram travar. Em vez disso, partiu-se do princípio que aplicando os pressupostos económicos corretos, as questões sociais se resolveriam por si; mercados dinâmicos e funcionais não criariam apenas riqueza, mas resolveriam também os problemas do bem-estar das pessoas.

Acontecimentos recentes demonstraram com toda a clareza a profundidade deste engano e as suas consequências catastróficas. Quer o silencioso empobrecimento dos milhões de pessoas empurradas para as franjas da economia, quer as cenas chocantes de guerra aberta que está a destruir países inteiros, são bem demonstrativos do alto preço que o mundo inteiro está agora a pagar por ter colocado em suspenso as questões sociais.

Não se trata apenas de uma questão de tempo perdido - de uma tentativa de recuperar oportunidades não aproveitadas. Nem é também uma questão de pôr em ordem alguns fracassos infelizes - retirando os sem-abrigo das ruas ou criando redes de segurança social para os mais desprotegidos. O problema tem um carácter mais profundo: as instituições sociais não têm apenas sido ignoradas, elas têm sido consideradas como obstáculo ao progresso e foram impiedosamente desmanteladas. Isto aconteceu a todos os níveis. A nível internacional, as organizações sociais foram substituídas por corporações e instituições financeiras internacionais. A nível nacional, muitas instituições se diluíram ou foram eliminadas. E a nível local, os imperativos das forças do mercado e da globalização têm vindo a desvalorizar as comunidades e a família."¹

É preciso fazer qualquer coisa para evitar o caos presente e o seu anunciado aprofundamento.

Todos estão de acordo com estas verdades evidentes e, nos últimos anos, até organizações tão insuspeitas de heterodoxia económica como o Banco Mundial ou o FMI estão cada vez mais despertas para soluções de economia alternativa.

Basta ver o crescimento desenfreado da economia paralela em todos os países em desenvolvimento e não só - também entre nós, embora a outra escala, o sector "informal" tem sido a única hipótese para muitas famílias não caírem na miséria. Trata-se de uma resposta espontânea de sobrevivência de todos os que não têm outra saída e que ainda têm vontade de reagir e imaginação para encontrar uma solução.

O sistema bancário tradicional marginalizou sempre os mais pobres, concedendo crédito apenas a pessoas com posses ou garantias, perpetuando assim um círculo vicioso - não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo esquema teórico que a provocou.

Os pobres são tidos como maus pagadores, pouco empreendedores, preguiçosos. A experiência das recentes instituições vocacionadas para o microcrédito dos excluídos do sistema bancário tradicional, demonstra como são falsos estes preconceitos.

Os teóricos da economia perturbam-se. Ou põem em causa as suas ideias feitas.

" Lembro-me do entusiasmo com que ensinava as teorias económicas, mostrando como respondiam a todo o tipo de problemas. Era muito sensível à sua beleza e elegância. Porém, de repente comecei a tomar consciência do vazio deste ensino. Para quê, quando as pessoas morriam de fome no meio da rua e debaixo de qualquer arcada?

A partir daí, a minha aula parecia-me uma sala de cinema onde se pode descansar com a certeza da vitória do herói. Eu sabia à partida que cada problema económico encontraria uma solução elegante. Mas quando saía da aula encontrava-me confrontado com o mundo real. E aí, os heróis eram espancados, pisados com selvajaria. Via a vida quotidiana tornar-se cada vez mais dura, os pobres cada vez mais pobres. Para eles morrer de inanição parecia ser a única saída."²

¹ UNRISD -United Nations Research Institute for social Development - STATES OF DISARRAY - The social effects of globalization - Março 1995 -pag.8

² MOHAMMAD YUNUS - ed. J.C. Lattès - VERS UN MONDE SANS PAUVRETÉ -1997 -pag18

Nos países desenvolvidos, com sistemas de segurança social organizados muita gente resolve a sua vida com os subsídios que vai recebendo e habitua-se a viver mais ou menos de prestações sociais ou de "esmolas oficiais", acabando por considerar normal esta situação.

Em Portugal há a acrescentar os apoios de todos os tipos que vêm da "Europa" e que criam cada dia mais subsídio-dependentes. Será esta a única solução?

A crise mundial do desemprego veio pôr na ordem do dia a necessidade de olhar para o autoemprego como alternativa cada vez mais viável; as pessoas têm que encarar a hipótese de criar o seu próprio negócio com a vantagem, muitas vezes, de passar a fazer aquilo para que têm mais habilidade e gosto.

Mas como ter meios e coragem para arrancar?

O microcrédito veio dar resposta a estas situações e, assim, ajudar a resolver o problema da pobreza.

"Estou profundamente convencido que é possível libertar o mundo da pobreza se assim o quisermos. Esta conclusão não é fruto de uma esperança piedosa, mas é o resultado concreto da experiência que adquirimos na nossa prática do microcrédito. O crédito por si só não conseguiria acabar com a pobreza. É apenas uma das saídas que permite escapar à miséria. Outras saídas podem ser abertas para facilitar a libertação. Mas, para isso é necessário ver as pessoas de maneira diferente e conceber um enquadramento novo para esta sociedade."³

2. O Grameen Bank - uma experiência de sucesso. Princípios básicos

Não é por acaso que apresentamos várias citações do Prof. Mohammad Yunus, fundador e presidente do Grameen Bank no Bangladesh.

A experiência desta instituição, hoje famosa no mundo inteiro, mostra que tendo criado um banco para emprestar dinheiro aos mais pobres dos mais pobres do seu país, hoje, vinte anos passados constitui uma empresa económica e financeiramente saudável. Trabalha com 37.000 das 68.000 aldeias do Bangladesh; dos 2.300.000 beneficiários, 94% são mulheres pobres; a taxa de reembolso é de 97%. Em Junho de 1997 ultrapassaram os dois biliões de dólares de empréstimos. Muitos milhões de famílias puderam, graças ao crédito e ao apoio do Grameen ultrapassar o nível da pobreza absoluta em que sempre tinham vivido. Com as correspondentes consequências na melhoria das condições de habitação, de saúde, na limitação da natalidade, na escolarização das crianças, etc.

Indicam-se agora alguns dos princípios básicos da filosofia bancária do Grameen.

"Quando hoje me perguntam: Como chegou a todas essas ideias inovadoras? Você que não é banqueiro de formação, como fez? Eu respondo: Observámos como funcionavam os outros bancos e fizemos exactamente o contrário! Em geral as pessoas riem-se e, no entanto, é a mais pura das verdades."⁴

³ op.cit. pag.13

⁴ op. cit. pag.147

- Todas as pessoas têm capacidades e interesses independentemente do seu meio, educação e nível económico. De resto, quem não tem nada a perder mostra-se muito mais capaz de arriscar.

"A minha convicção e a minha experiência no Grameen, mostram-me que todos os seres humanos são empresários potenciais. Alguns de nós temos oportunidade de manifestar esse talento enquanto que os outros nunca o aproveitam, em parte devido à forma como nos habituámos a imaginar os empresários. Se todos pudessem pensar que cada pessoa é um empresário em potência, desapareceria o muro que separa o capitalista do trabalhador."⁵

- A habitual exigência de garantias não tem sentido. Os pobres pagam melhor do que os ricos - a situação deles é tal que não têm outra hipótese senão assumir os seus compromissos. O empréstimo conseguido é a sua única saída, não podem arriscar-se a pô-lo em causa.
- O crédito é um direito das pessoas.

Na sessão de abertura da Cimeira Mundial sobre o Microcrédito, realizada em Washington em Fevereiro de 1997, Yunus afirmou no plenário de abertura:

"Celebramos a libertação do crédito da escravatura das garantias. Esta Cimeira reúne-se para se despedir da era do *apartheid* financeiro. Esta Cimeira declara que o crédito é mais do que um negócio; exatamente como a alimentação, o crédito é um direito do homem."

- Para ter acesso ao crédito não se exige nenhuma formação prévia.

"Insurgimo-nos contra os métodos tradicionais de luta contra a miséria, distribuindo dinheiro sem fornecer nenhuma formação prévia.

Porque procedemos assim?

Porque todo o ser humano possui um dom inato, o da sobrevivência. Só o facto de estarem vivos prova as suas capacidades. Não precisam que lhes ensinemos a sobreviver. Assim, em vez de perder tempo a ensinar novas competências, decidimos utilizar aquelas que já possuem. O dinheiro que conseguem ganhar com elas torna-se num instrumento que lhes permite explorar todo o seu potencial.

Os decisores públicos, os consultores internacionais e numerosas ONG fazem preceder toda a ação de luta contra a pobreza de um programa elaborado de formação. Há três razões para isso: primeiro, partem do princípio que as pessoas são pobres porque não possuem nenhuma qualificação e que se a obtiverem deixarão de ser pobres: segundo porque estes projetos de formação correspondem aos seus próprios interesses: mais hipóteses de emprego, de perspetivas de carreira e um considerável orçamento sem obrigação de resultados. Podem criar ilusões e dar a impressão de que estão a agir. Enfim, não sabem como proceder de outra maneira. A nível mundial, criou-se uma enorme máquina, graças aos fundos de ajuda ao desenvolvimento, com o único fim de assegurar ações de formação. Os especialistas da luta contra a pobreza continuam a afirmar que a formação é um pressuposto indispensável a toda a ascensão social.

⁵ MOHAMMAD YUNUS - Universidade Complutense - Conferência "Hacia un Mundo sin Pobreza" - 25.04.98

Mas se olharmos para o que se passa no terreno, forçoso nos é reconhecer que os pobres não são pobres porque são iletrados ou pouco educados, mas sim porque não podem conservar os benefícios do seu trabalho - e isto porque não têm acesso ao capital e os que o controlam definem sozinhos as regras do jogo."⁶

- Não são as pessoas que têm de deslocar ao banco, mas é o banco que deve estar no meio das pessoas.

"Se visitarem uma agência do Grameen no Bangladesh nunca verão filas de espera atrás dos *guichets*. Talvez vejam algumas pessoas a trabalhar, mas ao princípio tínhamos afixado em todas as nossas agências o seguinte aviso: *A presença na agência de qualquer membro do pessoal será considerada como uma violação às regras do Grameen Bank.*"⁷

3. A filosofia Grameen é "exportável".

O microcrédito, fruto de conceitos de economia solidária é já uma realidade e um sucesso em vários países onde o poder e a opinião pública perceberam as potencialidades que encerra para o combate à pobreza e à exclusão social, de uma forma digna, economicamente viável e praticamente sem custos adicionais para a economia geral. E isto desde há muitos anos: toda a história das "mútuas"(?) e das cooperativas são exemplos importantes de experiências nesse sentido, nomeadamente na Europa.

Não foi portanto o Grameen Bank que "inventou" o microcrédito. Mas foi a sua experiência e a forma como concebeu o crédito que deram corpo a formas de encarar a atividade bancária numa perspetiva de "serviço". Não foi por acaso que a Cimeira do Microcrédito realizada em Washington no ano passado escolheu o prof. Yunus para a conferência de abertura.

Neste momento, 58 países do mundo aplicam programas de crédito inspirados no Grameen. Em África - Burkina Fasso, República Centroafricana, Tchad, Egipto, Etiópia, Gana, Guiné, Kénia, Lesotho, Mali, Malawi, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Serra Leoa, Somália, Sudão, África do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda, Zimbawe. Na Ásia - Afeganistão, Bangladesh, Butão, Cambodja, China, Fidji, Índia, Indonésia, Kirguize, Nepal, Paquistão, Filipinas, Líbano, Malásia, Sri Lanka, Vietnam. Na Austrália: Papuásia, Nova Guiné. Na América: Canadá, Estados Unidos, México, Salvador, Jamaica, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Perú, República Dominicana. **Na Europa: Albânia, França, Holanda, Noruega.**

"Exportar o modelo Grameen significa muito simplesmente adotar as características essenciais do nosso processo a contextos nacionais diferentes.

Muitos aspetos da nossa doutrina que têm para nós uma grande importância, deixam de o ter noutro contexto. (...) (Nos Estados Unidos, onde os pobres não são confrontados com a necessidade de arranjar um "dote", os nossos membros têm um outro fardo do qual gostariam de se libertar: o preço exorbitante dos enterros).

Em qualquer caso, quando se propõe adaptar o nosso conceito, é preciso não esquecer que a taxa de reembolso deve aproximar os 100%, pois é precisamente aí que reside toda a força do Grameen.

⁶ op. cit. pag.281/282

⁷ op cit. pag.148

Além disso, é muito importante definir com rigor o tipo de beneficiários. Quem quiser inspirar-se no nosso modelo tem imperativamente que dirigir a sua experiência aos 25% dos mais pobres da população, concentrando-se nas mulheres mais desfavorecidas.

É preciso também ter um profundo conhecimento do funcionamento do Grameen, da sua filosofia e dos seus métodos. Isto pode passar por um programa de diálogo e de imersão no terreno. Uma pessoa que se prepare para dirigir um programa Grameen num novo país deveria igualmente seguir a formação que propomos sob a forma de "Programas internacionais de diálogo da fundação Grameen" que se realizam quatro vezes por ano no Bangladesh."⁸

Compete-nos agora adaptar a Portugal uma experiência semelhante.

⁸ op.cit pag 229/230

II - AS TESES

Introdução

Ao longo de dois anos de pesquisa procurando definir o modo mais favorável à introdução de um sistema generalizado de acesso ao microcrédito por parte dos mais pobres, somos levados a propor várias "adaptações portuguesas" às perspectivas e formas de atuação observadas nas diversas instituições estrangeiras com que contactámos.

Essas adaptações decorrem da observação direta no terreno, da experiência recolhida por instituições e particulares que a nível local já se envolveram em processos semelhantes de cariz limitado e da reflexão que sobre estas questões recolhemos junto de investigadores ligados à ação no terreno, dirigentes de programas sociais públicos, cientistas sociais e responsáveis de instituições bancárias.

Tais adaptações encerram também opções que, como é próprio de qualquer escolha, excluem outros caminhos possíveis. Para tornar mais clara a fundamentação das opções a que chegámos, sintetizamos em jeito de teses as traves-mestras da nossa reflexão. Esperamos que este exercício de concisão não torne ininteligível o nosso pensamento e facilite a crítica dos pressupostos e das propostas apresentadas.

Tese nº 1

Existem em Portugal pessoas para quem o acesso ao microcrédito constitui uma poderosa alavanca para ultrapassar o limiar da pobreza em que se encontram e superar a exclusão económica e social em que vivem.

Entre os múltiplos fatores que concorrem para a exclusão social, o desemprego (ou o emprego precário), a pobreza de 2ª (ou 3ª) geração, o insucesso escolar e a toxicodependência são os mais frequentemente apontados pela investigação neste domínio.

Para o combate ao desemprego as sociedades europeias mobilizam enormes recursos através dos mais diversos programas com particular incidência no campo da formação profissional.

A esmagadora maioria dos recursos disponibilizados são investidos na óptica restrita de melhorar a qualificação das capacidades produtivas dos cidadãos em ordem a adequá-las às presumíveis necessidades dos empregadores.

A crise atual, que se manifesta pela persistência de elevadas taxas de desemprego, cria condições para a emergência de outras soluções que procuram não reduzir a forma de combater o desemprego à melhoria da qualificação da oferta. Sem pretenderem tornar-se hegemónicos ou maioritariamente aplicáveis, estes novos pontos de vista sublinham a importância da iniciativa económica dos cidadãos e reivindicam o direito a ser tidos em conta. Neste sentido, as sociedades europeias deveriam investir mais recursos no apoio à criação de condições para que as pessoas pudessem recorrer à iniciativa económica própria, criando autoempregos ou microempresas.

A valorização da iniciativa económica dos cidadãos levaria a incluir no conceito de empregabilidade a aquisição de motivação, capacidades e conhecimentos para a criação do próprio negócio, não se reduzindo apenas à obtenção permanente de capacidades produtivas supostamente requeridas num futuro próximo por eventuais empregadores.

Sendo o direito à iniciativa económica um direito universal, o microcrédito interessa-se exclusivamente pelo conjunto de pessoas a quem efetivamente tal direito não é económica, social e culturalmente reconhecido. O indicador mais simples e eficaz dessa exclusão é a verificação de que tais cidadãos não têm crédito junto da banca tradicional. O universo dos excluídos da iniciativa económica tem fronteiras imprecisas - tanto mais quanto tem sido escasso o interesse manifestado pelos Estados e pelos investigadores em conhecer esta realidade - mas, empiricamente, em Portugal poderá incluir:

- os desempregados de média e baixa qualificação
- os sazonal ou parcialmente empregados
- um largo sector de não ativos: mulheres sem emprego e reformados de baixos rendimentos
- os que se dedicam a atividades económicas informais com caracter precário ou contingente
- os empregados com rendimentos próximos do salário mínimo.

Mesmo sem contar as pessoas que, embora incluídas nas condições anteriores, dispõem de bens ou de outra forma de prestar garantias, resta-nos, como estimativa mínima, mais de um milhão de pessoas que em Portugal não encontrarão apoio financeiro para exercer o seu direito à iniciativa económica.

Neste quadro, e apesar dos quase inexistentes estímulos à iniciativa económica, estimamos que 10/15% das pessoas desse universo já formularam e mantêm interesse em concretizar uma ideia de negócio, um projeto de atividade ou serviço. Se nas atuais condições estamos perante 100.000 a 150.000 pessoas impedidas de criar um autoemprego ou micro-empresa, estes números tendem a disparar por efeito da introdução de novos estímulos e da indução provocada por casos de sucesso.

Do ponto de vista social a situação atual agrava-se ainda mais se tivermos em conta que para muitos dos excluídos do crédito a iniciativa económica própria é a única saída viável, pois:

- muito dificilmente, por mais cursos de formação profissional que lhes sejam propostos, obterão alguma vez as qualificações requeridas pelos empregadores
- na região onde vivem a oferta de postos de trabalho é mínima
- as suas capacidades e conhecimentos seriam economicamente mais rentáveis se aplicados no autoemprego ou micro-empresa própria
- a sua situação familiar impede (ou inviabiliza economicamente) a deslocação, o cumprimento de horários e das restantes obrigações inerentes ao trabalho por conta de outrem.

Finalmente, do ponto de vista social e económico, os efeitos positivos - sobre a pessoa, a família e a comunidade envolvente - da concretização com sucesso de um pequeno negócio ou serviço numa área que foi escolhida e que corresponde normalmente a um trabalho de que "se gosta", são incomparavelmente superiores

aos conseguidos pela obtenção de um emprego. Sem negar a importância ou o avanço que este significa na maioria das situações.

Tese nº 2

A concessão de microcrédito é uma atividade rentável.

Não são apenas experiências estrangeiras que demonstram a rentabilidade da atividade de concessão de microcréditos. Em Portugal, quer particulares, quer instituições (desde Associações a Misericórdias, passando por algumas Caixas de Crédito Agrícola) já realizaram ou detêm experiências positivas neste campo.

Uns e outros mostram que a rentabilidade desta operação está garantida quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- baixíssimas taxas de insucesso, assegurando o retorno nos prazos previstos de mais de 95% do crédito concedido - o que exige um profundo conhecimento dos beneficiários do crédito
- prazos dilatados de vigência dos empréstimos - quase sempre próximos dos três anos, com pagamentos em prestações com prazos muito curtos (tipicamente, mensais)
- grande permissividade (decorrente do elevado nível de sucesso) com o beneficiário e conseqüente flexibilidade na exigência do pagamento das prestações em dívida: a regra é reagir sempre ao mais pequeno atraso - contudo, a reação pode assumir aspetos distintos: desde a exigência concisa da pagamento até ao escalonamento das prestações em dívida
- prática de taxas de juro típica de um mercado não demasiado competitivo e sofisticado - o que torna impossível taxas de juro reais superiores a 10%
- baixos custos da gestão destes empréstimos por aplicação de regras simples e específicas que adquirem formulação *standard*, por redução dos custos bancários - não há documentação numerosa a reunir e a tratar - e por ausência de quaisquer outros custos a suportar pelo beneficiário.

Tese nº 3

Enquanto instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão, o microcrédito apresenta importantes vantagens em comparação com outros tipos de apoio.

De *per si*, o crédito apresenta várias vantagens comparativas face aos subsídios e apoios a fundo perdido. Não cabe contestar a função destes em circunstâncias e situações precisas. Por um lado, do ponto de vista do fornecedor de fundos, o crédito, pela sua característica reembolsável, permite apoiar, ao longo do tempo, maior número de situações.

Do ponto de vista do beneficiário, o crédito contém várias características positivas:

- é um contrato e não uma doação
- não é consignado às "despesas elegíveis", deixando o beneficiário livre para o utilizar ao seu critério
- pressupõe um controlo substancial (realizado pela produção de excedentes que possibilitam o pagamento do empréstimo) e não formal como é o caso da maioria dos programas e medidas de apoio público apenas obrigando a investir os fundos nas áreas pré-definidas

- é recebido no momento da despesa e não apenas alguns meses após a entrega do documento comprovativo do investimento realizado
- pode ser concedido sem obrigar à regularização antecipada da situação fiscal, legal e de Segurança Social do negócio nascente
- facilita o domínio económico do negócio nascente através da perceção do ciclo financeiro
- abre novas relações - nomeadamente com a banca - úteis para o futuro desenvolvimento da atividade económica.

Contudo, sendo Portugal uma economia de pequena dimensão e de mercado desenvolvido, de fraca tradição no campo da iniciativa económica e reduzida cultura empresarial, será conveniente conjugar os atributos do crédito na adaptação do carácter do microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão. Estas adaptações visam facilitar a viabilidade da iniciativa económica dos mais pobres.

Quatro aspetos principais se destacam:

- a) Praticar taxas de juro não superiores a 4%
- b) Privilegiar os projetos de pequena dimensão
- c) Investir na discussão de todas as ideias apresentadas, não se confinando às suportadas por um plano de negócios imediatamente rendível
- d) Aceitar integrar a concessão de empréstimos num conjunto de ações de carácter social (prévio ou simultâneo) nunca recusando em definitivo nenhuma vontade de iniciativa expressa.

O limite destas opções é definido pela necessidade absoluta de manter taxas de sucesso no reembolso do crédito superiores a 90%. A redução da taxa de rentabilidade da operação, determinada pela redução da taxa de juro a praticar, só pode ser compensada pela assunção por parte dos fundos públicos de uma fração dos custos de análise do processo e de acompanhamento na concessão do crédito.

De facto, e apesar da sua utilidade, o crédito só resolve os problemas motivados pela falta de capital. Todos os outros problemas que habitualmente caracterizam a situação de excluídos não conhecem solução apenas pela obtenção de empréstimos. À ausência de autoestima necessária à persistência nos objetivos fixados, de relações sociais mobilizáveis para o apoio à iniciativa e de conhecimentos diversificados, alia-se a dificuldade de lidar com os aspetos administrativos (incluindo a administração local e fiscal).

Traçar uma estratégia de aprofundamento do microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão obriga à máxima abertura na aceitação da vontade de iniciativa, sem descuidar o diálogo sobre o que é melhor para cada caso concreto, e a definir com rigor o acompanhamento inicial do promotor do plano de negócio aceite.

Tese nº4

O microcrédito é uma proposta inovadora que pretende ocupar um espaço e desempenhar uma função ainda não preenchidas em Portugal. Não concorre com programas, medidas e ações já existentes; pelo contrário, apoia-se neles e propõe-se ser-lhes complementar.

O microcrédito distingue-se de outras experiências por ter a ambição de ser uma prestação permanente, sistemática e não restringida a qualquer área geográfica.

Por outro lado, a sua intervenção não é exclusivista. Ao contrário, através dela podem ser viabilizados projetos apoiados por fundos públicos que não tiveram aceitação por inexistência de capitais próprios, por ausência de fundo de maneio ou outras razões semelhantes.

Finalmente, a totalidade das iniciativas económicas que nos foram propostas ao longo deste último ano provinham de pessoas precisamente sujeitas a ações de formação profissional, a dinamização por parte de Associações de Desenvolvimento Local, IPSS, Misericórdias, ou a ações de trabalho comunitário organizadas pelas Autarquias, cooperativas e programas sociais públicos.

O carácter inovador deste projeto e de não sobreposição a espaços já existentes, foi-nos sistematicamente transmitido por técnicos, estudiosos e responsáveis da ação social privada e pública.

Tese nº 5

Optar por uma estratégia de fragilidade aceitando todos os desafios decorrentes da confiança nas pessoas e na escolha feita.

Ao longo destes dois anos de investigação várias hipóteses nos foram sugeridas para a institucionalização de um sistema generalizado de acesso ao microcrédito por parte dos mais pobres.

➤ Hipóteses possíveis, mas não retidas:

a) Criar um banco de microcrédito

Sem descartar esta hipótese a longo prazo, a criação de uma instituição financeira capaz de gerir autonomamente toda a operação de microcrédito não nos parece promissora porque:

- não existe experiência acumulada que permita assegurar a fidelidade aos objetivos iniciais; não só faltam os profissionais treinados na operação de concessão de microcrédito, como boa parte da atividade de tal instituição seria afeta à captação de recursos financeiros e à gestão das suas aplicações fora do microcrédito
- acarretaria uma forte dificuldade de articulação com as políticas sociais públicas e com os aforradores solidários singulares
- os prazos legais para obter autorização são muito dilatados
- cresce o risco de suscitar reações adversas nas instituições financeiras já existentes, nomeadamente em termos de acusação de concorrência desleal
- haveria dificuldade em manter custos fixos muito reduzidos

- haveria dificuldade em reunir o capital social mínimo exigível
 - seria impossível manter modos de funcionamento, contratação e colocação distintos dos definidos para a banca.
- b) Incentivar o lançamento de programa social público com o fim exclusivo da concessão de microcrédito.

Embora o Estado português disponha já de vários organismos e instituições vocacionados para a concessão de crédito em condições específicas (IFADAP e outros) não parece ser esta a sua vocação própria nem a sua área de excelência. Além disso, tal hipótese não nos parece promissora porque:

- apesar da recente criação do Instituto de Solidariedade Social, a pluralidade de programas, iniciativas e medidas públicas com objetivos semelhantes neste campo, daria lugar a duas restrições significativas: uma definição restritiva de um tal programa por forma a não o sobrepor a outros já existentes; uma dificuldade de articulação com esses programas e eventual concorrência de protagonismos
- um programa social público nestas áreas, como qualquer outro, teria de definir, entre outros aspetos, o universo dos candidatos garantindo o acesso universal dos que se encontrarem abrangidos pela definição em causa; mostra a experiência que a legislação é redutora da realidade e das situações concretas
- a concessão de crédito com base em fundos públicos obrigaria à adoção de procedimentos semelhantes aos já tipificados para a concessão de diversos apoios e subsídios de carácter económico-social, com o correspondente aumento exponencial da burocracia inerente
- tal opção afastaria do microcrédito os aforradores solidários e tenderia a produzir o mesmo afastamento junto das instituições financeiras
- o tempo de conceção, montagem e arranque de um tal programa seria obviamente dilatado
- seria difícil resistir à tentação de internalizar todo o *know-how* necessário à operação, elevando assim os custos fixos
- seria impensável que tal programa estivesse a coberto das inflexões político-partidárias-governamentais que naturalmente se sucedem no tempo.

➤ Hipótese retida: construir uma associação sem fins lucrativos e aberta a todas as contribuições, que corporize a necessidade de:

- socializar o risco do microcrédito através da constituição de um fundo de garantia alimentado por aforradores solidários (sócios ou não da Associação, particulares ou coletivos)
- analisar, melhorar e apoiar ajustamentos nos projetos que lhe sejam apresentados
- assumir a tramitação dos processos inerentes a cada projeto bem como acompanhar a sua execução, intervindo de forma expedita perante qualquer sinal de incumprimento ou outra dificuldade
- manter ativa uma rede de "padrinhos" e acompanhantes das iniciativas apoiadas pelo microcrédito
- facilitar a candidatura a apoios públicos aos quais os promotores das iniciativas tenham eventualmente interesse e condições para aceder

- divulgar a possibilidade de recurso ao microcrédito desenvolvendo ações de formação para agentes de desenvolvimento local, da administração local ou das políticas sociais públicas
- promover o recurso ao microcrédito por parte dos mais pobres, divulgando os casos de sucesso e sistematizando o conhecimento acumulado sobre as condições, metodologias e processos próprios do microcrédito
- negociar e contratar com as instituições financeiras que se mostrem interessadas, montantes anuais que estas disponibilizem para crédito às pessoas recomendadas pela Associação
- negociar e contratar com os responsáveis públicos os apoios financeiros justificados pelas ações de formação e acompanhamento desenvolvidas pela Associação, de forma a baixar os seus custos de funcionamento
- manter relações próximas com todas as instituições locais que desenvolvam trabalho com os mais pobres, no sentido de as incentivar a suscitar neles a perspectiva de iniciativa económica própria e do eventual recurso ao microcrédito

A opção por uma institucionalização através de um meio tão frágil como uma simples associação impõe aceitar como limiar da sua existência e condição do seu futuro:

- a demonstração permanente da sua utilidade social; mais do que qualquer das outras hipóteses possíveis, que poderiam arrastar a sua existência sustentando-se em processos laterais ao seu fim específico, uma associação com estas características não possui outra razão de ser ou possibilidade de sobrevivência para além da relevância social efetiva da sua utilidade
- a capacidade de permanentemente convencer parceiros, sem os quais não pode existir, da importância dos objetivos propostos e do elevado grau de rentabilidade social e económica dos processos escolhidos para os atingir

Neste sentido, a fragilidade da nossa proposta repousa na vontade de que a existência da Associação dependa não só dos sócios, mas também dos seus parceiros externos:

- os aforradores solidários - pessoas singulares ou coletivas que apliquem parte das suas poupanças ou excedentes no fundo de garantia da Associação
- os voluntários - pessoas que se disponham a desempenhar o papel de "padrinhos" de uma ou mais iniciativas económicas prestando-lhe assistência e apoio técnico, pessoal e na transmissão de conhecimento do negócio.
- as instituições locais - IPSS, clubes recreativos, Autarquias, associações, ADL e outras que dinamizam as potencialidades dos pobres que conhecem, em ordem à formulação de projetos de iniciativas económicas a serem canalizados para a Associação
- os bancos - que queiram distribuir *plafonds* de crédito a conceder às pessoas indicadas pela Associação aceitando que esta tem capacidade técnica para avaliar o risco mantendo a taxa de insucesso inferior a 10% e oferecendo garantia de 50% do capital envolvido (nunca superior para cada beneficiário a 1000 contos); é tarefa dos bancos aderentes desenhar as prestações mensais de reembolso do empréstimo efetuado nas condições acordadas, bem como comunicar à Associação qualquer anormalidade verificada no pagamento das prestações; a existência do fundo de garantia e a baixa taxa de insucesso reduz o risco do crédito e garante a rentabilidade dos empréstimos a taxa reduzida
- as políticas sociais públicas - dos diversos programas e medidas de combate ao desemprego e de luta contra a pobreza espera-se que recorram à Associação para que as pessoas com que trabalham acedam ao microcrédito, funcionando de modo semelhante às instituições locais; dos decisores públicos neste campo

espera-se o apoio financeiro à atividade suportada pela Associação em todo o processo de suscitar, formular, testar, acompanhar e obter financiamento para os promotores da iniciativa económica.

A Associação concebe o seu papel como a contribuição de um núcleo de pessoas capaz de unir: um fundo de garantia de montante relevante, um conjunto de competências técnicas e humanas disponível a custos muito reduzidos e uma estratégia para fazer convergir em favor do microcrédito, interesses, vontades, recursos, capacidades e conhecimentos que lhe são alheios.

Não pretende "inventar a roda", mas antes aproveitar todas as potencialidades já existentes: as instituições locais conhecem as pessoas em condições para se lançarem com êxito na iniciativa económica; a banca sabe como fazer empréstimos; o Estado dispõe dos meios de apoio a quem se organiza para combater o desemprego e a pobreza; várias formações e trajectos pessoais "produziram" potenciais "padrinhos" de qualidade.

Tese nº 6

A metodologia a utilizar tem de ser concretizada de forma gradual e integrada

A opção estratégica retida determina também encarar a criação de um sistema permanente e generalizado de acesso dos mais pobres ao microcrédito, como um processo gradual e controlado. A urgência das situações humanas que poderiam ser superadas através do acesso ao crédito não pode conduzir-nos a lançar um processo com riscos de descontrolo. Tal urgência obriga, pelo contrário, a consolidar cada passo e as diferentes etapas de modo a não comprometer a credibilidade do sistema por problemas inerentes ao seu desenvolvimento demasiado rápido.

Trata-se de fixar para o biénio 1999-2000 o objetivo de realizar 500 empréstimos, mantendo durante o primeiro ano uma relação personalizada por parte da equipa de Associação com cada promotor de iniciativa económica apoiada, não promovendo mais de 100 empréstimos.

Privilegiando os microprojectos e a necessidade de estabelecer um limite máximo a cada operação de crédito de forma a não criar encargos demasiado elevados para o beneficiário, fixou-se, como teto, o montante de 1000 contos e a associação de 5 promotores no mesmo microprojecto.

O microcrédito não é uma relação bilateral banco-beneficiário. É um processo que envolve mais atores ainda que essa relação bilateral não deixe de existir. Mas, para se chegar à contratação do empréstimo, vários passos terão sido anteriormente dados.

O processo inicia-se com a proposição da iniciativa à Associação que se obriga a trabalhar de modo a garantir o acesso ao crédito a qualquer pessoa que cumpra estas três condições: não obter crédito pelas vias bancárias normais; estar enquadrada por uma qualquer instituição local; demonstrar que a sua situação económica melhora com a iniciativa económica que deseja tomar. A discussão da Associação com a instituição local, o diálogo com o promotor e a análise económica do seu plano de negócios pode desaconselhar a realização do empréstimo. Mas, uma vez contactada, a Associação co-responsabiliza-se por desenhar com o promotor inicia-

tiva alternativa que pareça mais adaptada às condições e conhecimentos do candidato.

A aceitação de um plano de negócios é simultânea com a identificação de um "padrinho" e de um *controler* nomeados pela Associação e aceites pelo promotor. Ao mesmo tempo devem ser identificados os mecanismos de apoio público a que o beneficiário se pode candidatar.

Só nesta fase o processo de empréstimo deve ser desenvolvido.

Tese nº7

Por um contrato de empréstimo suportado por vários contratos

O microcrédito é sempre contratado a nível pessoal pelo beneficiário junto da instituição bancária. A abertura de conta, a movimentação do empréstimo e o depósito das prestações são da inteira responsabilidade do beneficiário. Mas este sabe que tal contrato só foi possível pela existência de outro contrato entre a Associação e o banco em ordem à concessão de um *plafond* anual máximo mobilizável para este tipo de créditos. Por outro lado, o beneficiário será informado da relação direta entre o insucesso da sua iniciativa e o esgotamento do fundo de garantia da Associação. Finalmente, o beneficiário contrata com a associação o acompanhamento pelo "padrinho" e pelo *controler* por esta nomeados.

Assim concebido o microcrédito é mais do que uma relação contratual. Envolve um conjunto de relações que se querem antes de mais solidárias: solidariedade entre o beneficiário, o banco, a Associação, os aforradores, o "padrinho" e a instituição local que promoveu o primeiro passo para a abertura de todo o processo.

31.08.98

(*) Associados fundadores e dinamizadores do projeto que levou à criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito.